

Tomando Decisões Bíblica

Lição 3

A Perspectiva Normativa:
Os Atributos das Escrituras



thirdmill

Biblical Education. For the World. For Free.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millennium Ministries, Inc. 316 Live Oaks Blvd., Casselberry, Florida 32707.

A menos que indicado de outra forma, todas as citações das Escrituras são da Bíblia Sagrada, Standard Version® (ESV®), copyright © 2001 por Crossway um ministério de publicação da Good News Publishers. Usado com permissão. Todos os direitos reservados.

SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a proveer:

Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo

Nosso objetivo é oferecer educação cristã gratuita a centenas de milhares de pastores e líderes cristãos em todo o mundo que não possuem treinamento suficiente para o ministério. Atingimos esse objetivo produzindo e distribuindo globalmente um currículo de seminário multimídia sem paralelo em inglês, árabe, mandarim, russo e espanhol. Nosso currículo também está sendo traduzido para mais de uma dúzia de outros idiomas por meio de nossos ministérios parceiros. O currículo consiste em vídeos com gráficos, instruções impressas e recursos da Internet. Ele foi projetado para ser usado por escolas, grupos e indivíduos, tanto online quanto em comunidades de aprendizagem.

Ao longo dos anos, desenvolvemos um método altamente econômico de produzir lições de multimídia premiadas com o melhor conteúdo e qualidade. Nossos escritores e editores são educadores teologicamente treinados, nossos tradutores são falantes nativos teologicamente de seus idiomas-alvo e nossas lições contêm as idéias de centenas de respeitados professores e pastores de todo o mundo. Além disso, nossos designers gráficos, ilustradores e produtores aderem aos mais altos padrões de produção usando equipamentos e técnicas de ponta.

Para cumprir nossas metas de distribuição, a Thirdmill estabeleceu parcerias estratégicas com igrejas, seminários, escolas bíblicas, missionários, emissoras cristãs e provedores de televisão por satélite e outras organizações. Essas relações já resultaram na distribuição de inúmeras vídeo-aulas para líderes indígenas, pastores e estudantes do seminário. Nossos sites também servem como vias de distribuição e fornecem materiais adicionais para complementar nossas lições, incluindo materiais sobre como iniciar sua própria comunidade de aprendizado.

Thirdmill é reconhecido pelo IRS como uma corporação 501 (c) (3). Dependemos das contribuições generosas e dedutíveis de impostos de igrejas, fundações, empresas e indivíduos. Para mais informações sobre o nosso ministério e para saber como você pode se envolver, visite www.thirdmill.org.

Conteúdo

I. Introdução	1
II. Autoria Divina	2
A. Poder das Escrituras	2
1. Exemplos	2
2. Implicações	5
B. Autoridade das Escrituras	6
1. Reivindicação de Autoridade	6
2. Implicações	9
III. Audiência Humana	11
A. Clareza das Escrituras	11
1. Natureza	11
2. Implicações	13
B. Necessidade das Escrituras	13
1. Salvação	14
2. Vida Fiel	15
3. Implicações	15
C. Suficiência das Escrituras	17
1. Propósito	17
2. Mal-entendidos	20
3. Silêncio	20
IV. Conclusão	22

Tomando Decisões Bíblicas

Lição 3

A Perspectiva Normativa: Os Atributos das Escrituras

INTRODUÇÃO

Em quase todas as nações, os processos nos tribunais envolvem documentos escritos. Coisas como recibos, cartas, contratos, confissões e declarações escritas por testemunhas são usadas como prova. Mas todos sabem que não basta simplesmente ter esses documentos à disposição do tribunal. Para que eles sejam usados de forma eficaz, advogados, juízes e jurados precisam conhecer certos atributos ou características de seus documentos. Frequentemente muito tempo é gasto com aprendendo e estabelecendo coisas como quem escreveu um documento em particular, quem o recebeu, quando foi escrito, por que foi escrito e o que está escrito. Conhecer esses atributos é crucial para que esses documentos sejam usados corretamente.

Temos preocupações semelhantes quando fazemos ética cristã. Não importa qual seja a questão ética, sempre temos pelo menos um documento que precisamos levar em conta, a Bíblia. Mas o impacto que a Bíblia tem em nossa decisão varia de pessoa para pessoa. Alguns cristãos confiam quase inteiramente na Bíblia como a fonte infalível e autorizada de respostas perfeitas a questões morais. Outros valorizam seu conselho, mas tomam suas palavras com hesitação, enquanto outros ainda a desconsideram como irrelevante e fora de contato com o mundo moderno. E todas essas diferentes percepções da utilidade da Bíblia na ética têm uma coisa em comum: todas elas são baseadas em uma avaliação dos atributos da Bíblia.

Esta lição é a terceira da nossa série de lições sobre como tomar decisões bíblicas. Nós intitulamos esta lição “Os Atributos da Escritura”. Como vimos na lição anterior, o caráter do próprio Deus é nosso padrão supremo, enquanto a Palavra dele é o nosso padrão revelado autoritário porque infalivelmente nos ensina sobre o caráter de Deus. Nesta lição, nos concentraremos nos atributos das Escrituras para ver mais claramente como a Bíblia revela o caráter de Deus para nós. Nas lições anteriores, estabelecemos que os julgamentos éticos envolvem sempre uma pessoa que aplica a Palavra de Deus a uma situação. E essa perspectiva nos levou a ver que há três considerações essenciais que devem sempre ser levadas em conta quando tomamos decisões éticas: o padrão da palavra de Deus, os detalhes da situação e a pessoa que faz o julgamento. Nós identificamos essas três considerações como as perspectivas normativa, situacional e existencial na ética.

Nesta lição, abordaremos novamente a perspectiva normativa, procurando os padrões adequados para decisões éticas. Nós dividiremos nossa discussão dos atributos da Escritura em duas partes: primeiro, investigaremos os atributos que a Escritura possui principalmente em virtude de sua autoria divina, a saber, seu poder e autoridade. Segundo, exploraremos os atributos que as Escrituras possuem principalmente porque foram escritos para uma audiência humana, isto é, sua clareza, necessidade e suficiência. Começemos examinando a autoria divina da Escritura.

AUTORIA DIVINA

Quando falamos da autoria divina da Escritura, estamos olhando a palavra de Deus para o seu povo e enfatizando o fato de que ela é a palavra de Deus. À medida que exploramos os atributos da Escritura que derivam primariamente de sua inspiração divina, tocaremos em dois assuntos: o poder das Escrituras e a autoridade das Escrituras. Naturalmente, a maioria dos cristãos evangélicos reconhece instintivamente que a Bíblia é a palavra poderosa e autoritária de Deus para todas as gerações. No entanto, a maioria de nós nunca pensou em muitas das questões relacionadas a esses atributos das Escrituras. Mas podemos usar a Bíblia de forma mais eficaz na ética, se entendermos essas características em mais detalhes. Então, vamos voltar nossa atenção para o poder das Escrituras.

PODER DA ESCRITURA

Como cristãos, quando abordamos o assunto da ética, não estamos apenas interessados em descobrir quais coisas são boas e quais são más. Também estamos interessados em aplicar esse conhecimento, agindo, pensando e sentindo de maneira moralmente louvável. Mas onde podemos encontrar a força para realizar o que sabemos ser certo e bom? Nesta busca, somos grandemente auxiliados pelo poder das Escrituras. Como palavra viva e ativa de Deus, a Bíblia não nos diz apenas o que fazer; também nos capacita a acreditar e a viver de maneiras que agradam a Deus e nos levam a suas bênçãos. Vamos desmembrar esse conceito primeiro examinando alguns exemplos do poder da palavra de Deus em suas várias formas e, segundo, nos voltando para as implicações que esse poder tem para a tomada de decisões éticas.

Exemplos

Como vimos em nossas lições anteriores, a palavra de Deus pode assumir muitas formas. E a Bíblia indica que a palavra de Deus é poderosa mesmo quando não assume a forma de Escritura. À medida que procuramos demonstrar o poder das Escrituras, começaremos a olhar primeiro para o poder da palavra de Deus sobre a criação. Em seguida, tocaremos no poder de sua palavra profética e, depois, no poder da pregação do evangelho. Por fim, exploraremos o poder da palavra escrita ou das Escrituras de Deus. Vamos começar investigando o poder da palavra de Deus sobre a criação.

Quando consideramos o poder da palavra de Deus, geralmente é útil pensar primeiro em como sua palavra é poderosa sobre a criação. Talvez o lugar onde isso seja mais facilmente visto seja o relato da criação de Gênesis 1, onde Deus criou o mundo com o poder da sua palavra. Ao longo de todo o capítulo, a única ação que Deus realiza é falar. E através da sua palavra falada, ele cria, ordena e preenche todo o universo. Veja como o Salmo 33:6 e 9 nos ensina:

Mediante a palavra do Senhor foram feitos os céus, e os corpos celestes, pelo sopro de sua boca... Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo surgiu (Salmo 33:6, 9).

A declaração de Deus teve grande poder nos dias da criação, tanto poder que sua palavra trouxe a criação à existência. Não é que as palavras tenham poder inato que Deus manipula. Pelo contrário, Deus usa suas declarações como vasos que transmitem seu próprio poder. As palavras de Deus são os meios que ele usa para realizar seus fins, assim como qualquer ser humano pode usar um martelo para colocar um prego no lugar. Em segundo lugar, as Escrituras também deixam claro que a palavra de Deus tem poder quando vem pela boca dos profetas inspirados. Isaías 55:10-11 confirma essa idéia. Lá o profeta escreveu:

Assim como a chuva e a neve descem dos céus e não voltam para eles sem regarem a terra e fazerem-na brotar e florescer... assim também ocorre com a palavra que sai da minha boca: ela não voltará para mim vazia, mas fará o que desejo e atingirá o propósito para o qual a enviei (Isaías 55:10-11).

Embora esta passagem fale da palavra de Deus saindo de sua boca, no contexto é aparente que Deus estava se referindo à pregação do profeta Isaías. O povo de Judá ouviu esta palavra do Senhor, não diretamente da boca de Deus, mas de Isaías. Mesmo assim, a mensagem ainda era poderosa quando Isaías falou e escreveu; tinha o poder de Deus para realizar seus propósitos.

Uma terceira maneira pela qual podemos ver o poder da palavra de Deus é através da pregação sem inspiração de sua Palavra ou do evangelho. O Novo Testamento freqüentemente confirma esta idéia quando diz que Deus opera através da pregação do evangelho mesmo quando os pregadores não são infalivelmente inspirados. Por exemplo, em Romanos 1:15-16, Paulo afirmou diretamente que o evangelho pregado carrega o poder de Deus:

Por isso eu estou disposto a pregar o evangelho ... porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê (Romanos 1:15-16).

O evangelho que Paulo tinha em mente aqui não era apenas um conjunto de verdades sobre o que Jesus havia feito, nem o poder de Deus representado pelas declarações do evangelho. Ele não quis dizer que o evangelho é sobre o Deus que tem poder, ou sobre as coisas que Deus fez com o seu poder. Antes, Paulo quis dizer que o ato de pregar o evangelho é poderoso, porque Deus usa a pregação para levar as pessoas à fé. Paulo fez uma declaração similar em 1 Coríntios 1:18, onde escreveu:

Pois a mensagem da cruz é loucura para os que estão perecendo, mas para nós, que estamos sendo salvos, é o poder de Deus (1 Coríntios 1:18).

Observe novamente que Paulo estava falando sobre a mensagem em si, não apenas sobre os fatos históricos relacionados à mensagem. Na prática, as pessoas não aceitam a verdade das alegações do evangelho, ao mesmo tempo em que condenam a Deus como tolo por salvar a humanidade. Em vez disso, as pessoas contam a mensagem do evangelho como tola porque não acreditam que suas declarações sejam verdadeiras. Para eles, soa como um conto fantasioso, ou até mesmo uma mentira, e eles acham que nenhuma pessoa que pensa corretamente acreditaria nisso. É por essa razão que o evangelho parece tolice para os incrédulos. Mas para as pessoas que crêem na mensagem, a pregação do evangelho é o poder de Deus, porque é o meio pelo qual Deus as leva a um conhecimento salvífico da verdade.

Percebendo que a palavra de Deus é poderosa sobre a criação na palavra profética e até mesmo na pregação falível do evangelho, estamos na posição de entender o poder da Palavra escrita de Deus, a Bíblia.

O próprio Jesus apontou para o poder da palavra escrita quando contou a conhecida história de Lázaro e o homem rico em Lucas 16. Você deve lembrar que quando o homem rico morreu, ele olhou do inferno para ver Lázaro sendo consolado por Abraão. O homem rico, preocupado com o fato de que sua família também iria terminar no inferno, pediu a Abraão que ressuscitasse Lázaro e enviasse Lázaro para pregar o arrependimento à família do rico. Em Lucas 16:29-31, lemos a resposta de Abraão:

Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam ... Se eles não ouvem a Moisés e aos Profetas, tampouco se deixarão convencer, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos (Lucas 16:29-31).

Pelo menos dois elementos desta passagem dizem respeito à nossa discussão. Primeiro, Abraão estava falando sobre as Escrituras. Ele se referiu a Moisés e aos profetas, não como pessoas vivas que continuaram a falar pessoalmente, mas como autores que continuaram a falar através da Bíblia, a Palavra escrita de Deus. E assim como as palavras de Moisés e dos profetas eram poderosas quando Deus as inspirou a falar durante suas vidas terrenas, elas continuaram a ser poderosas na forma escrita.

Segundo, Abraão disse que as palavras escritas da Escritura, escritas pelos profetas inspirados de Deus, têm tanto poder para levar as pessoas ao arrependimento quanto o tremendo milagre de ver alguém ressuscitado dos mortos. Em muitos aspectos, esta passagem é uma das mais surpreendentes declarações sobre o poder das Escrituras encontradas na Bíblia. Todos nós percebemos que testemunhar alguém ressuscitar os mortos seria uma experiência tremendamente influente. Isso potencialmente teria poder transformador de vida. Mas aqui Jesus realmente indicou que ler a Bíblia tem ainda mais poder do que testemunhar uma ressurreição dos mortos. O apóstolo Paulo afirmou essa idéia em 2 Timóteo 3:15 quando escreveu:

As Sagradas Escrituras ... são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus (2 Timóteo 3:15).

Estudar as Escrituras é como pregar, porque é um meio pelo qual Deus dá às pessoas a compreensão e a fé necessárias para a salvação. Tão certo quanto a palavra pregada carrega o poder de Deus, o mesmo acontece com a Bíblia.

Implicações

Com tal compreensão do poder da Palavra de Deus na criação, fala profética inspirada, pregação falível e a Bíblia, estamos em posição de refletir brevemente sobre as implicações desses assuntos para o processo de tomada de decisões éticas.

Uma passagem que toca nas implicações práticas do poder da palavra de Deus é Hebreus 4:12-13:

A palavra de Deus é viva e eficaz ... julga os pensamentos e intenções do coração. Nada, em toda a criação, está oculto aos olhos de Deus (Hebreus 4:12-13).

Observe aqui que o escritor de Hebreus fala da palavra de Deus como viva e ativa. Não é uma mera coleção de informação inerte que não tem potência. Pelo contrário, quando nos aproximamos da palavra de Deus, devemos encará-la como uma coisa ativa, cheia de poder para realizar o que Deus deseja. E o que a Palavra de Deus faz na área da ética? Como esta passagem diz, a palavra de Deus julga nossos corações. É capaz de penetrar e avaliar nossos pensamentos e motivos mais profundos. E tem o poder de nos salvar da condenação e nos capacitar a viver uma vida moral e santa. Veja como Paulo continuou a passagem em 2 Timóteo que lemos há pouco. Em 2 Timóteo 3:15-17 ele escreveu:

As Sagradas Escrituras ... são capazes de torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e é útil para o ensino, repreensão, correção e a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra (2 Timóteo 3:15-17).

O poder da Bíblia não é apenas nos levar à nossa fé inicial em Cristo. Como voz de Deus, as Escrituras também têm o poder de nos equipar “para toda boa obra”. O Espírito Santo usa as Escrituras para nos dar fé e sabedoria, e moldar nosso caráter de tal maneira que quando somos confrontados com escolhas morais, somos capazes de escolher o bem e recusar o mal.

Muitas vezes, os cristãos se sentem frustrados com suas tentativas de levar uma vida ética. Eles se sentem impotentes para fazer o que é certo e bom. Em tais situações, é um grande encorajamento saber que aprender as Escrituras, lembrar-nos dela, até mesmo meditar nas Escrituras, não é um exercício em vão. É muito mais do que simplesmente ler um guia ético. A palavra de Deus nas Escrituras realmente nos capacita a viver para Deus. Constante aprendizado e meditação na palavra de Deus nos coloca em contato com

o poder de Deus que sempre cumprirá seus propósitos. Desta forma, o poder das Escrituras é de importância essencial para a ética cristã.

AUTORIDADE DA ESCRITURA

Um segundo atributo da Bíblia que deriva da inspiração divina é a autoridade das Escrituras. Porque a Bíblia é divinamente inspirada, ela carrega a autoridade de Deus. Em certo sentido, já provamos essa autoridade demonstrando que a Escritura é a voz de Deus, sua palavra viva e ativa para todas as gerações. Deus tem toda autoridade; portanto, quando e como ele fala, todos que o ouvem são obrigados a obedecê-lo. Esta é a idéia que apresentamos em nossa primeira lição quando dissemos que toda revelação é normativa porque nos ensina sobre Deus, o padrão supremo para a moralidade.

No entanto, ainda é importante ver como a Bíblia fala sobre sua própria autoridade, bem como observar algumas implicações morais dessa autoridade. Vamos nos voltar primeiro para a reivindicação de autoridade da Bíblia e, em seguida, para as implicações dessa afirmação para nossas vidas.

Reivindicação de autoridade

A Bíblia reivindica autoridade divina para si mesma pelo menos de duas maneiras. Primeiro, fornece exemplos históricos de sua autoridade. E segundo, explicitamente, reivindica autoridade. Vamos abordar os exemplos históricos da autoridade da Bíblia primeiro.

Quando nos lembramos da estreita conexão entre a palavra falada de Deus e a palavra escrita de Deus que já vimos nesta lição, podemos ver muitas maneiras pelas quais a Bíblia nos dá exemplos da autoridade da palavra de Deus que se aplicam à própria Bíblia. Na história mais antiga registrada na Bíblia, Deus falou diretamente à humanidade e seu discurso carregava autoridade. Por exemplo, no relato da criação e queda em Gênesis 2–3, Deus ordenou que o homem cultivasse o Jardim do Éden e não comesse o fruto proibido. Eva, no entanto, escolheu ouvir a palavra falada da serpente em vez da palavra falada de Deus, e assim rejeitou a autoridade da palavra de Deus. Adão, por sua vez, ouviu a palavra falada de Eva em vez da palavra de Deus, também rejeitando a autoridade de Deus. Mas a autoridade da palavra de Deus não foi assim destruída. Pelo contrário, Deus reforçou a autoridade de sua palavra falada punindo Adão e Eva e toda a criação com eles.

Mais tarde, nos dias de Moisés, Deus codificou sua palavra falada em forma escrita. Em vez de simplesmente dizer a Moisés quais eram os Dez Mandamentos, ele esculpiu essas leis em tábuas de pedra. Ele também deu muitas outras leis a Moisés e ordenou que Moisés registrasse essas palavras por escrito. Esses registros compreendiam o livro da aliança sobre o qual lemos em Êxodo 24. Eles eram as estipulações da aliança de Deus com seu povo, e eles carregavam não apenas a autoridade de Deus, mas também sua promessa de enforcing essas leis com poder, tanto abençoando os obedientes e amaldiçoando os desobedientes. Ouça este relato em Êxodo 24:4-8:

Moisés ... escreveu tudo o que o Senhor dissera ... Em seguida, leu o Livro da Aliança para o povo, e eles disseram: “Faremos fielmente tudo o que o Senhor ordenou”. Depois Moisés aspergiu o sangue sobre o povo, dizendo: “Este é o sangue da aliança que o Senhor fez com vocês de acordo com todas essas palavras” (Êxodo 24:4-8).

Neste registro, descobrimos que a palavra falada de Deus é a base para a sua palavra escrita, e que a palavra escrita é o documento de aliança autoritativa de Deus que seu povo é obrigado a obedecer.

Muitos séculos depois, quando o povo de Deus havia rejeitado as coisas escritas nas Escrituras, Deus enviou nações estrangeiras para afligir o seu povo na guerra. Isaías ministrou durante esse tempo e escreveu estas palavras em Isaías 42:24:

Quem entregou Jacó para tornar-se despojo e Israel os saqueadores? Não foi o Senhor, contra quem temos pecado? Pois eles não quiseram seguir os seus caminhos; não obedeceram à sua lei (Isaías 42:24).

Deus não hesitou em enforçar sua palavra no dia de Isaías, assim como ele não havia hesitado em enforçá-la no Jardim do Éden. Mas desta vez, a palavra que foi violada foi a “lei” de Deus. Foi a Escritura, as palavras escritas da aliança entre Deus e seu povo. Assim como a palavra falada de Deus é revelação autoritativa, assim é a sua palavra escrita.

O Novo Testamento também confirma a autoridade das Escrituras através de seus exemplos. Por exemplo, Jesus frequentemente apelou às Escrituras para justificar e explicar suas ações, como em João 17:12, onde ele orou estas palavras:

Eu os protegi e os guardei no nome que me deste. Nenhum deles se perdeu, a não ser aquele que estava destinado à destruição, para que se cumprisse a Escritura (João 17:12).

Jesus aqui contrastou seus onze discípulos leais com Judas Iscariotes, aquele que o traiu. E nesse contraste ele indicou que tanto a proteção dos onze quanto a perda de um deles eram feitas de acordo com as Escrituras.

Os apóstolos também demonstraram sua crença na autoridade da Bíblia. Por exemplo, Paulo apelou para as Escrituras como prova de que os cristãos não deveriam ser vingativos. Em Romanos 12:19 ele escreveu:

Amados, nunca procurem vingar-se, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: “Minha é a vingança; eu retribuirei”, diz o Senhor (Romanos 12:19).

O argumento de Paulo aqui assume que o Antigo Testamento carrega autoridade quando atribui vingança a Deus. Assim, ao colocar seus leitores sob obrigação moral ao

Antigo Testamento, Paulo demonstrou sua crença de que as Escrituras são a palavra autoritária de Deus que une até mesmo os crentes do Novo Testamento.

Além de provar sua autoridade através de exemplos, a Bíblia também prova sua autoridade através de declarações explícitas para esse efeito. Uma das declarações mais conhecidas reivindicando autoridade para a Bíblia é encontrada em 2 Pedro 1:19-21, onde Pedro escreveu:

Temos ainda mais firme a palavra dos profetas, e vocês farão bem se a ela prestarem atenção ... pois jamais a profecia teve origem na vontade humana, mas os homens falaram da parte de Deus (2 Pedro 1:19-21).

Aqui, Pedro indicou que os escritos proféticos do Antigo Testamento continuam sendo autoritativos em nossos dias. Como essas profecias foram inspiradas e autorizadas por Deus, elas formam um padrão moral obrigatório ao qual devemos “prestar atenção”. Isto é, precisamos acreditar no que os profetas escreveram e obedecer ao que eles ordenaram.

Tiago também deixou claro que o Antigo Testamento ainda é o comando autoritário de Deus para nós. Como ele escreveu em Tiago 2:10-11:

Quem obedece a toda a lei, mas tropeça em apenas um ponto, torna-se culpado de quebrá-la inteiramente. Pois aquele que disse: “Não adulterarás”, também disse: “Não matarás” (Tiago 2:10-11).

Observe até onde Tiago foi ao enfatizar esse ponto. Primeiro, ele insistiu que a lei escrita ainda é obrigatória. Aqueles que a quebram são culpados. Segundo, Tiago baseou a autoridade contínua das Escrituras na autoridade de quem deu o comando, a saber, Deus. Porque a Bíblia ainda é a palavra de Deus, ainda carrega a autoridade de Deus. Também encontramos reivindicações pela autoridade do Novo Testamento. Por exemplo, Jesus deu autoridade aos seus apóstolos quando disse em João 13:20:

Eu lhe garanto: Quem receber aquele que eu enviar, estará me recebendo; e quem me quem me recebe, recebe aquele que me enviou (João 13:20).

Os apóstolos usaram essa autoridade não apenas ao falar, mas também ao escrever os documentos que temos agora no Novo Testamento. Isto é evidente em todo o Novo Testamento em todos os casos em que eles emitiram ordens escritas, como em 2 Tessalonicenses 3:6, onde Paulo escreveu:

Em nome do Senhor Jesus Cristo, nós lhes ordenamos, irmãos, que se afastem de todo irmão que vive ociosamente (2 Tessalonicenses 3:6).

Aqui Paulo emitiu uma ordem escrita direta que carregou sua autoridade, a qual foi delegada por Jesus Cristo. Essa abordagem era típica dos apóstolos; eles frequentemente usavam sua autoridade para transmitir suas instruções por escrito. Porque o Novo Testamento consiste em documentos que os apóstolos ou escreveram ou aprovaram, ele carrega a autoridade dos apóstolos, que é a autoridade do próprio Cristo.

Implicações

Agora que vimos que as Escrituras provam sua própria autoridade, devemos tocar brevemente em algumas implicações dessa idéia. Mais simplesmente, porque a Escritura carrega a autoridade de Deus, somos moralmente obrigados a conformar todas as nossas escolhas, ações, pensamentos e sentimentos a ela. Podemos dizer que o comportamento ético equivale a “guardar a palavra do Senhor”. E devemos manter a palavra do Senhor pelo menos de duas maneiras: devemos nos conformar com a amplitude das Escrituras, obedecendo a todos os seus mandamentos, e devemos nos conformar à sua profundidade, obedecendo a esses mandamentos com compromisso e convicção.

Por um lado, o povo de Deus deve manter a amplitude da instrução bíblica. Os seguidores de Cristo não devem obedecer ao que gostam e ignorar o que não gostam. Agora, devemos admitir que algumas coisas que a Bíblia requer de nós são mais difíceis de aceitar do que outras, mas ainda somos chamados a nos submeter a tudo o que Deus ordenou nas Escrituras. Ouça, por exemplo, Êxodo 15:26, onde o Senhor disse a Israel estas palavras:

Se vocês derem atenção ao Senhor, o seu Deus, e fizerem o que ele aprova, se derem ouvidos aos seus mandamentos e obedecerem a todos os seus decretos, não trarei sobre vocês nenhuma das doenças que eu trouxe sobre os egípcios (Êxodo 15:26).

Numa época em que o povo de Israel recebia os mandamentos de Deus de forma escrita, Deus equiparou manter todos os seus decretos com fazer o que é certo. Em essência, fazemos o que é certo quando obedecemos a todas as Escrituras. A amplitude de nossa obrigação de nos submetermos às Escrituras é ainda mais clara em 1 Reis 11:38, onde Deus disse estas palavras a Jeroboão:

Se você fizer tudo o que eu lhe ordenar e andar nos meus caminhos e fazer o que eu aprovo, obedecendo aos meu decretos e aos meus mandamentos ... Eu estarei com você (1 Reis 11:38).

Você se lembrará de que em nossa primeira lição desta série definimos a bondade moral como aquilo que Deus abençoa. Aqui, Deus prometeu bênçãos a Jeroboão se Jeroboão fizesse o que era certo, e Deus definiu explicitamente “o que é certo” como tudo o que ele ordena. A bondade não é encontrada em apenas guardar uma parte da lei de Deus e rejeitar outras partes.

O fato de que Deus chama seu povo para observar a autoridade de toda a sua palavra sem exceção deve nos desafiar em nossos dias, assim como desafiou o povo de Deus durante os tempos bíblicos. Infelizmente, às vezes os crentes respondem a esse desafio imaginando que Deus não se importa se eles seguem apenas algumas de suas diretrizes morais. Eles pensam erroneamente que Deus lhes deu liberdade para ignorar aqueles mandamentos que eles acham desconfortáveis ou difíceis.

Mas mesmo que não tentemos justificar nossa rejeição de alguns dos ensinamentos morais das Escrituras, precisamos perceber que todos nós caímos na armadilha da seletividade inconsciente. Por esta razão, devemos constantemente retornar às Escrituras para nos lembrar daqueles mandamentos que podemos ter deixado de perceber ou que podemos ter esquecido.

Em segundo lugar, a palavra de Deus tem autoridade sobre nós, não apenas na amplitude de seus ensinamentos, mas também na profundidade da obediência que requer de nós. Por exemplo, tanto no Antigo como no Novo Testamento, a Bíblia conecta a obediência às Escrituras com amor a Deus. A bondade moral não é obtida através da obediência invejosa ou mesmo através do amor pelo próprio bem, à parte do amor a Deus. Pelo contrário, a base do dever é o fato de que Deus nos chamou com amor e autoridade para sermos seus servos voluntários. Ouça a maneira como Moisés expressou essa ideia em Deuteronômio 7:9, 11:

O Senhor, o seu Deus ... é o Deus fiel, que mantém a aliança e a bondade por mil gerações daqueles que o amam e obedecem aos seus mandamentos ... Obedeçam, pois, à lei, isto é, aos decretos e às ordenanças que hoje lhes ordeno (Deuteronômio 7:9-11).

Porque Deus nos chamou para um relacionamento amoroso consigo mesmo, somos obrigados a obedecer aos seus mandamentos, que são estabelecidos para nós nas Escrituras.

O próprio Jesus repetiu a mesma idéia no Novo Testamento. Em João 14:15, 21 ele disse aos seus discípulos:

Se vocês me amam, obedecerão aos meus mandamentos. Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama (João 14:15, 21).

E por seu exemplo, ele demonstrou que devemos também prestar esse tipo de obediência amorosa ao Pai. Como Jesus disse no versículo 31 de João 14:

Todavia é preciso que o mundo saiba que eu amo o Pai e que faço o que meu Pai me ordenou (João 14:31).

Veza após veza as Escrituras indicam que as exigências morais que Deus coloca sobre nós são baseadas em seu amor por nós e devem ser cumpridas em nosso amor por ele.

Então, vemos que, de acordo com a Bíblia, não podemos fazer a coisa certa a menos que tenhamos o motivo certo. Ou, em outras palavras, apenas quando abraçamos as Escrituras profundamente do coração podemos nos submeter corretamente à autoridade da Palavra de Deus.

Agora que examinamos o poder e a autoridade das Escrituras — aqueles atributos que a Escritura tem principalmente em virtude de sua autoria divina — devemos voltar nossa atenção para nosso segundo tópico: os atributos das Escrituras que se relacionam mais intimamente com sua audiência humana.

AUDIÊNCIA HUMANA

Quando Deus inspirou e autorizou os escritores das Escrituras, ele tinha um objetivo particular em mente. Especificamente, ele queria dar ao seu povo uma revelação clara a respeito de sua vontade e seu caráter, a fim de que eles pudessem se conformar melhor a ele. Então, neste ponto de nossa lição, focaremos nossa atenção nos atributos que a Escritura possui principalmente em virtude do fato de que Deus a inspirou para seu povo. Este aspecto de nossa discussão cobrirá três dos atributos das Escrituras: sua clareza, sua necessidade e sua suficiência. Vamos ver primeiro a clareza das Escrituras.

CLAREZA DAS ESCRITURAS

Quando dizemos que as Escrituras são “claras”, não queremos dizer que tudo na Bíblia seja fácil de entender ou que tudo na Bíblia seja declarado clara e diretamente. Em vez disso, queremos dizer que a Bíblia não é obscura; não é preenchida com significados ocultos que só podem ser descobertos através de meios misteriosos, ou através de oferendas espirituais especiais, ou por aqueles que ocupam cargos especiais na igreja.

À medida que abordamos o assunto da clareza da Bíblia, às vezes chamada de “perspicácia”, nos ajudará a análise de dois assuntos: a natureza da clareza da Bíblia e algumas implicações da clareza da Bíblia. Vamos pensar primeiro sobre a natureza da clareza que encontramos nas Escrituras.

Natureza

A *Confissão de Fé de Westminster* oferece um bom resumo introdutório da natureza da clareza das Escrituras. No capítulo 1, seção 7, afirma:

Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não

só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

Aqui a Confissão aborda dois aspectos da clareza das Escrituras. Primeiro, fala de “todas as coisas nas Escrituras” e, segundo, concentra-se nas “coisas que são necessárias para serem conhecidas, cridas e observadas para a salvação”, isto é, o evangelho. Vamos examinar mais de perto essas duas ideias, começando pela relativa clareza do evangelho.

Simplificando, as Escrituras falam tão claramente sobre o evangelho que toda pessoa mentalmente competente deve ser capaz de descobrir que a salvação vem através do arrependimento e da fé em Cristo. Isso não significa que todo mundo chegam a descobrir o evangelho. Como a *Confissão* aponta, nós temos que fazer “uso devido dos meios ordinários” se esperamos tirar vantagem da clareza da Bíblia. Ou seja, temos que ler com responsabilidade e diligência, não descuidadamente, e não com uma agenda que distorça o que as Escrituras tentam nos ensinar. Na realidade, muitos fatores complicam nossa leitura da Bíblia, e o menor deles é o nosso pecado. Se falharmos em lidar razoavelmente com a Bíblia ou se acabarmos por distorcê-la de acordo com nosso pecado, não descobriremos o evangelho. Mas, novamente, esse é o nosso fracasso; isso não resulta de qualquer falta de clareza nas Escrituras.

Observe também que a *Confissão* não diz que uma pessoa pode ler qualquer porção da Escritura e descobrir o caminho da salvação. Em vez disso, diz que o evangelho é esclarecido “em algum lugar da Escritura”. Isto é, a Escritura como um todo apresenta uma clara mensagem do evangelho. Uma pessoa que não lê a Bíblia inteira nunca pode encontrar as passagens que apresentam o evangelho de uma maneira que ele possa entender facilmente. No entanto, como um todo, a Bíblia apresenta o caminho da salvação com clareza suficiente para que qualquer pessoa competente seja capaz de aprendê-lo diretamente das Escrituras.

Embora as Escrituras sejam particularmente claras sobre o evangelho da salvação em Cristo, a *Confissão de Fé* também faz algumas observações sobre toda a Escritura. Ela diz que outros assuntos além do evangelho cristão básico “não são semelhantes em si mesmos, nem são claros para todos”. Em outras palavras, as Escrituras podem não ser muito claras em relação a alguns de seus ensinamentos. De fato, há muitas coisas na Bíblia que não são tão claramente ensinadas quanto a revelação do caminho da salvação.

Ainda assim, Deus nos deu a Escritura para que pudéssemos entender as coisas que ele revelou nas Escrituras e aplicá-las em nossas vidas. Como Moisés disse aos israelitas em Deuteronômio 29:29:

As coisas secretas pertencem ao Senhor nosso Deus, mas as coisas reveladas pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que possamos seguir todas as palavras desta lei (Deuteronômio 29:29).

Nesta passagem, Moisés fez uma distinção crucial que devemos lembrar ao explorarmos o uso das Escrituras na ética cristã. Ele distinguiu entre coisas secretas e coisas reveladas. Deus guarda alguns segredos de nós. Ele não nos conta tudo o que sabe, nem nos diz tudo o que podemos querer saber. Existem questões — até questões de ética — que Deus mantém para si mesmo. Mesmo assim, o que Deus nos disse nas Escrituras

não é um segredo. As Escrituras se enquadram na categoria de “coisas reveladas”. Como Moisés disse, elas nos são mostradas para que possamos “seguir-las” e obedecê-las.

Implicações

Em um grau ou outro, Deus revelou sua vontade para nós com clareza suficiente para nos guiar na ética. Ele nos deu a Bíblia para que através do “devido uso dos meios ordinários” — através da leitura e estudo — possamos chegar a conhecer a vontade de Deus para todas as áreas da nossa vida. Como Paulo exortou Timóteo em 2 Timóteo 3:16:

Toda a Escritura... é útil para ensinar, repreender, corrigir e treinar na justiça (2 Timóteo 3:16).

Toda a Escritura é clara o suficiente para ser útil se nos aplicarmos para estudá-la diligentemente.

Por esta razão, cada um de nós deve estar pronto para pesquisar a Bíblia para discernir seu ensino em questões éticas. Agora, novamente, não estamos dizendo que as Escrituras são fáceis de entender em todos os aspectos. De fato, algumas partes das Escrituras são um pouco menos claras do que outras. E além disso, algumas pessoas têm uma habilidade maior do que outras para entender as palavras da Escritura. Como Pedro escreveu em 2 Pedro 3:16:

Suas cartas [de Paulo] contêm algumas coisas que são difíceis de entender, as quais os ignorantes e instáveis torcem, como também o fazem com as demais Escrituras (2 Pedro 3:16).

Nem todo mundo tem a mesma capacidade de entender a Bíblia. E nem todo mundo faz igual esforço para estudá-la. No entanto, se nos aplicarmos suficientemente, todos poderemos conhecer a vontade de Deus o suficiente para nos conformarmos com seu padrão de moralidade.

Agora que exploramos a clareza das Escrituras, estamos prontos para analisar o segundo atributo que a Escritura possui, principalmente porque foi escrita para uma audiência humana: sua necessidade.

NECESSIDADE DA ESCRITURA

Quando falamos da necessidade das Escrituras, temos em mente que as pessoas precisam da Bíblia, especialmente para a tomada de decisões éticas. Ao explorarmos nossa necessidade da Escritura, abordaremos três assuntos: a necessidade das Escrituras para a salvação, a necessidade das Escrituras para viver fielmente e as implicações de nossa necessidade das Escrituras.

Salvação

Em primeiro lugar, as Escrituras são necessárias para as pessoas encontrarem o caminho da salvação. Como vimos em uma lição anterior, a revelação geral, especial e existencial se sobrepõem muito. Mas a revelação geral e existencial apenas fornecem aos seres humanos informações suficientes para condená-los por falharem em manter o padrão de Deus. Somente as Escrituras fornecem informações suficientes para garantir a salvação. Ouça a maneira como Paulo mencionou isso em Romanos 10:13-17:

“Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo.” Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem não ouviram falar? E como ouvirão, se não houver quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados? ... Consequentemente, a fé vem de ouvir a mensagem, e a mensagem é ouvida através da palavra de Cristo (Romanos 10:13-17).

O argumento de Paulo aqui é bem claro: a mensagem do evangelho é o meio normal pelo qual Deus entrega fé aos indivíduos. Além da palavra de Cristo, as pessoas não têm acesso à mensagem do evangelho. Isso faz da palavra de Cristo um meio necessário para a salvação em todas as circunstâncias, exceto as mais excepcionais. As únicas exceções que os teólogos normalmente reconhecem são casos envolvendo bebês ou outros indivíduos mentalmente incompetentes.

Mas o que é essa palavra de Cristo? No décimo capítulo de Romanos, Paulo tinha principalmente em mente a pregação do evangelho. Mas ele também tinha em mente as próprias Escrituras como fonte da mensagem do evangelho. Por exemplo, as palavras “Todo aquele que invoca o nome do Senhor será salvo” são na verdade uma citação de Deuteronômio 30. O uso que Paulo faz da Escritura segue um padrão que aparece em todas as Escrituras.

Especificamente, a proclamação do evangelho na Bíblia está intimamente associada à palavra escrita das Escrituras. Por exemplo, no Antigo Testamento, Deus muitas vezes entregou suas mensagens diretamente aos profetas que falaram a palavra de Deus para o povo. Mas Deus também assegurou que a palavra profética fosse escrita para que pudesse ser aprendida por aqueles que não estavam presentes na proclamação. Seguindo esse padrão do Antigo Testamento, os apóstolos primeiramente aprenderam o evangelho diretamente de Jesus e depois o entregaram não apenas através da pregação, mas também através de seus escritos no Novo Testamento.

O resultado prático deste processo é que os seres humanos em geral recebem o conhecimento do evangelho, e assim chegam à fé e à salvação das Escrituras através da leitura da Bíblia ou através da pregação baseada na Bíblia. Naturalmente, há uma diferença importante entre a palavra escrita da Escritura e a pregação baseada nas Escrituras. As Escrituras são inspiradas por Deus, infalíveis e absolutamente autorizadas em todos os casos. Pregar não é. Na medida em que a pregação é fiel às Escrituras, é verdadeira, autoritária e poderosa. Mas porque somos seres humanos caídos, a pregação nunca é totalmente fiel às Escrituras. Ao contrário da pregação, as Escrituras são estáveis e imutáveis; é um padrão totalmente confiável e confiável. A pregação, a tradição da

igreja, a instrução teológica e muitas outras fontes de informação são úteis. Mas tudo isso contém uma mistura de verdade e erro. Somente a Escritura é absolutamente, infalivelmente, inquestionavelmente confiável. Portanto, as Escrituras são necessárias tanto como registro do evangelho como base e critério para a pregação do evangelho.

Vida Fiel

Em segundo lugar, as Escrituras também são necessárias para a vida ética. Você deve se lembrar de que, em uma lição anterior, estabelecemos que a revelação geral, especial e existencial são todas verdadeiras e autoritativas. Por que então separamos a Escritura como um caso especial de revelação necessária? A resposta é que, embora a revelação geral e existencial sejam infalíveis e autoritativas, elas são muito mais difíceis de interpretar do que as Escrituras. O pecado corrompeu a natureza e a humanidade, de modo que não vemos mais apenas um reflexo puro como Deus pretendia. Como resultado, muitas vezes é muito difícil saber interpretar a revelação geral e existencial. Às vezes é quase impossível dizer se o que estamos vendo é o resultado da intenção de Deus na criação ou o resultado da corrupção da criação pelo pecado.

E, além disso, as Escrituras falam muito mais clara e diretamente do que a revelação geral e existencial, tornando nossas determinações éticas baseadas nas Escrituras mais seguras e mais confiáveis do que aquelas baseadas em outras formas de revelação. É por isso que a Capítulo 1 da *Confissão de Fé de Westminster*, seção 10, insiste na primazia das Escrituras sobre outras fontes de informação:

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

O ponto da *Confissão* aqui é que todas essas outras fontes são valiosas, mas que a Bíblia é a mais valiosa de todas, porque é através das Escrituras que o Espírito Santo fala mais claramente.

Implicações

Quais são, então, algumas implicações morais da necessidade da Escritura? Existe um sentido muito importante em que simplesmente não podemos ser morais sem atender ao ensino da Escritura. E como vimos anteriormente nesta lição, aprender e crer no conteúdo básico das Escrituras é necessário para a salvação. Quer estudemos a Bíblia diretamente ou aprendamos seus ensinamentos centrais por meio de outras pessoas, somente aqueles que estão em Cristo são capazes da verdadeira moralidade. Em suma, sem a Escritura, a salvação não é possível e, portanto, a moralidade não é possível. As

peças que pensam que podem ignorar o ensino das Escrituras e ainda serem morais estão seriamente enganadas. Nesse sentido, a Escritura é necessária para nossa capacidade de nos comportarmos moralmente.

Além dessa necessidade básica da palavra de Deus, a Escritura é também necessária para a moralidade humana, porque contém informações que não estão incluídas na revelação geral e existencial. Não é incomum que os cristãos dependam fortemente de suas experiências de vida, das opiniões dos outros e de suas próprias intuições morais ao tomar decisões éticas. E, como vimos, essas e outras características da revelação geral e existencial são importantes e devem ser consideradas. Mas também devemos reconhecer que, em muitas circunstâncias, a revelação geral e existencial não é clara o suficiente para nos mostrar o curso adequado de ação, ao passo que a Escritura revela a vontade de Deus em detalhes suficientes para nos ensinar o que é certo.

Por exemplo, Atos 15 registra que uma controvérsia surgiu na igreja primitiva quando os gentios começaram a se converter ao cristianismo. Alguns dentro da igreja acreditavam que os gentios deveriam ser instruídos a observar a lei de Moisés da maneira que o judaísmo da época tinha passado a observá-la. Isto é, eles queriam que os gentios fossem circuncidados, e oferecessem os sacrifícios apropriados no templo, e aplicassem a Lei em suas vidas da mesma forma habitual para os judeus do dia. Por outro lado, homens como Paulo e Barnabé argumentavam que Deus não esperava que os gentios vivessem como judeus do primeiro século.

A questão era tão problemática que os apóstolos e anciãos se reuniram para discutir e investigar o assunto. Opiniões de algumas pessoas entraram em conflito com a realidade do ministério do Espírito Santo entre os gentios incircuncisos. E essas fontes de informação não foram suficientes para fornecer uma solução satisfatória. Mas, assim que Tiago apelou para a Escritura que abordou esse problema, a igreja se uniu por trás de sua posição. A escritura era necessária porque a revelação geral e existencial não era suficiente para responder a essa questão moral.

Para resolver essa controvérsia, Tiago, o irmão de Jesus, voltou-se para Amós 9:11-12. Em Atos 15:16-17, James citou Amos como segue:

Depois disso voltarei e reconstruirei a tenda caída de Davi. Reedificarei as suas ruínas, e a restaurarei, para que o restante dos homens busque o Senhor, e todos os gentios sobre os quais tem sido invocado o meu nome, diz o Senhor, que faz estas coisas (Atos 15:16-17).

Deste texto, Tiago entendeu que Deus incluiria muitos gentios quando restaurasse seu reino. Mais importante, esses convertidos permaneceriam gentios mesmo depois de terem sido chamados ao Senhor. No Antigo Testamento, os gentios que se converteram se tornaram judeus e seguiram as práticas judaicas tradicionais. Mas Amós indicou que quando Deus restaurasse seu reino em Cristo, os gentios seriam incluídos sem ter que seguir as tradições judaicas.

Tendo essa compreensão da clareza e da necessidade das Escrituras em mente, estamos agora em posição de explorar a suficiência das Escrituras.

SUFICIÊNCIA DA ESCRITURA

Basicamente, dizer que a Escritura é “suficiente” é dizer que ela é capaz de cumprir os propósitos para os quais foi escrita. Mas não é de surpreender que essa ideia simples se torne complicada porque é difícil para os cristãos concordarem sobre qual é o propósito das Escrituras. Então, ao investigarmos a questão da suficiência das Escrituras, começaremos a considerar o propósito das Escrituras em relação à sua suficiência. Em seguida, abordaremos alguns mal-entendidos comuns de suficiência e, finalmente, falaremos sobre a ideia popular, mas equivocada, de que a Escritura silencia sobre certos assuntos.

Propósito

Com relação à relação entre a suficiência e o propósito da Escritura, será útil examinar novamente a *Confissão de Fé de Westminster*, que contém um resumo muito bom dessa ideia na seção 6 do capítulo 1. A Confissão declara o assunto da seguinte maneira:

Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens.

A *Confissão* corretamente conclui que o propósito das Escrituras é múltiplo. Menciona que a Bíblia foi escrita para nos ensinar como glorificar a Deus, para levar homens e mulheres à salvação, para instruir os crentes em relação ao conteúdo de sua fé e para nos guiar na vida cristã. Essas ideias do propósito da Bíblia vêm da própria Escritura.

Por exemplo, a Bíblia ensina em muitos lugares que a Escritura nos foi dada para que pudéssemos glorificar a Deus, obedecendo a seus mandamentos. Um lugar que isso pode ser visto claramente é nas maldições da aliança em Deuteronômio. Em Deuteronômio 28:58-59, Moisés apontou uma impressionante correlação entre a obediência aos mandamentos escritos de Deus e a glorificação de Deus.

Se vocês não seguirem fielmente todas as palavras desta lei, escritas neste livro, e não temerem este nome glorioso e terrível, o Senhor, o seu Deus, ele enviará pestes terríveis sobre vocês e sobre os seus descendentes, desgraças horríveis e prolongadas, doenças graves e persistentes (Deuteronômio 28:58-59).

A Bíblia é projetada para nos ensinar como glorificar a Deus, e é suficiente para alcançar este propósito. A Escritura contém todos os padrões que precisamos saber para glorificá-lo.

Com relação à “salvação, fé e vida do homem”, Paulo instruiu Timóteo a permanecer firme em seu estudo das Escrituras, a fim de obter esses benefícios que a Escritura foi designada para cumprir. Neste contexto, em 2 Timóteo 3:15-17 Paulo ensinou explicitamente a suficiência das Escrituras. Ele escreveu estas palavras no versículo 15:

As Sagradas Escrituras ... são capazes de torná-lo sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus (2 Timóteo 3:15).

Quando Paulo disse que a Escritura é “capaz” de nos tornar “sábios para a salvação”, ele quis dizer que, estudando a Bíblia, podemos aprender as coisas que são necessárias para que saibamos se devemos ser salvos. Paulo acreditava que isso era verdade, porque ele sabia não apenas que a Bíblia era poderosa, como vimos anteriormente nesta lição, mas também que ela foi projetada para fornecer esses benefícios específicos. Porque a Bíblia é capaz de realizar este propósito, pode ser corretamente chamada de suficiente para a salvação.

Da mesma forma, as Escrituras também são suficientes para a “fé”. Veja novamente as palavras de Paulo em 2 Timóteo 3:15. Paulo disse que “as sagradas Escrituras ... são capazes de torná-lo sábio para a salvação pela fé em Jesus Cristo”. O conteúdo da fé salvadora é revelado na Bíblia como o meio pelo qual somos justificados e recebemos nossa salvação de Deus.

Finalmente, a Bíblia é suficiente para nos guiar através da “vida”, a prática contínua de nossa fé salvadora em Cristo. A conhecida declaração de Paulo em 2 Timóteo 3:16-17 deixa isso claro:

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra (2 Timóteo 3:16-17).

Além de ter a intenção de nos levar à fé em Cristo para nossa salvação, a Escritura também tem a intenção de nos preparar para “toda boa obra” — não apenas para algumas boas obras, mas para toda boa obra. Porque se destina a preparar-nos para “toda boa obra”, e porque é poderosa para realizar sua função pretendida, é correto dizer que a Escritura fala suficientemente sobre toda boa obra. Se entendermos corretamente toda a Bíblia, conheceremos suficientemente os padrões de Deus para tomar as devidas determinações sobre qualquer questão ética, contanto que também tenhamos uma compreensão suficiente das pessoas e da situação.

Agora, compreender a suficiência das Escrituras para a vida levanta uma questão séria: como qualquer livro, mesmo um livro tão grande quanto a Bíblia, pode cobrir todo problema moral concebível, equipando-nos para toda boa obra? Bem, na verdade, a Bíblia não aborda todas as questões morais concebíveis diretamente. As Escrituras falam

diretamente apenas para um número limitado de questões na vida, como o conteúdo fundamental de nossa fé e nossas responsabilidades básicas para com Deus e outras pessoas. Mas ao fazê-lo, a Escritura estabelece princípios que podemos estender e aplicar além dos detalhes mencionados na Bíblia. É por isso que a *Confissão* distingue entre o que é “expressamente estabelecido nas Escrituras” e o que deve ser deduzido das Escrituras por meio de “boa e necessária consequência”. Em todos os casos, no entanto, as Escrituras nos fornecem as informações necessárias para descobrirmos os padrões éticos de Deus.

O último ponto que devemos notar na explicação da *Confissão* da suficiência das Escrituras é a qualificação que a Escritura está completa, de modo que:

nada a ser acrescentado, seja por novas revelações do Espírito ou por tradições de homens.

As Escrituras contêm todas as normas de que precisamos como cristãos. As tradições humanas e estruturas de autoridade, como os governos civil e eclesiástico, devem ser obedecidas pelo bem do Senhor, mas nunca devem ser consideradas como normas absolutas ou definitivas. A decisão de seguir ou não as normas humanas deve ser guiada pelas normas bíblicas. E as normas humanas sempre serão desafiadas quando entrarem em conflito com as normas bíblicas.

Nós vemos isso demonstrado no tempo das Escrituras. Por exemplo, nos dias de Jesus, a liderança judaica estabelecida permitia cambistas e vendedores na área do templo. Mas quando Jesus viu isso, ele ficou irado e expulsou-os do templo porque a liderança humana havia permitido violações das normas bíblicas dentro dos terrenos do templo. Nós lemos este relato em Mateus 21:12-13:

Jesus entrou no templo e expulsou todos os que ali estavam comprando e vendendo ... “Está escrito”, ele disse a eles, “Minha casa será chamada casa de oração, mas vocês estão fazendo dela um covil de ladrões” (Mateus 21:12-13).

Jesus entendeu corretamente que Isaías 56:7, que ele citou, revelou a norma bíblica de que o templo deveria ser dedicado à oração. Mas a liderança judaica permitiu que os terrenos do templo fossem profanados por transações seculares. A condenação de Jesus de que eles estavam transformando o templo em um “covil de ladrões” é realmente incrivelmente forte. Essa frase é extraída de Jeremias 7:11, onde se refere a idólatras e criminosos violentos que falam de maneira falsa a Deus em seu templo. Por suas ações e palavras, Jesus demonstrou que seguir qualquer lei ou tradição humana é pecaminoso quando a norma humana contradiz as Escrituras.

Em todos os casos, a Escritura é suficiente para estabelecer todas as normas morais. As ordenanças éticas dos homens, no entanto, são válidas e vinculantes apenas na medida em que ecoam as normas bíblicas. Mas quando as normas humanas contradizem as normas bíblicas, o cristão é obrigado a desafiá-las.

Com uma compreensão adequada da suficiência das Escrituras em mente, devemos agora voltar nossa atenção para alguns mal-entendidos comuns da suficiência da Bíblia.

Mal-entendidos

Vamos agrupar esses mal-entendidos em duas categorias bastante gerais: primeiro, pontos de vista que superestimam a suficiência das Escrituras e, segundo, pontos de vista que subestimam a suficiência das Escrituras. Vamos começar com visualizações que superestimam a suficiência das Escrituras.

Normalmente, aqueles que superestimam a suficiência das Escrituras têm compromissos muito fortes com a Bíblia. Mas eles freqüentemente não têm compromissos adequados com a revelação geral e existencial. Como resultado, eles acreditam erroneamente que podem aplicar as Escrituras adequadamente a questões éticas sem ter muito conhecimento, se houver, sobre situações e pessoas específicas. Eles acreditam que tomar decisões éticas é tão simples quanto ler a Bíblia e obedecê-la. Mas, na realidade, antes de podermos obedecer e aplicar a Bíblia, também precisamos saber algo sobre as pessoas e situações às quais estamos aplicando. Deus nos forneceu essa informação na revelação geral e na revelação existencial. Se ignorarmos essas outras formas de revelação, estamos ignorando as ferramentas que ele nos deu para interpretar e compreender as Escrituras.

Mas nem todos os erros são baseados em superestimar a suficiência da Bíblia. Muitos mais erros vêm de subestimá-la. Esse erro geralmente aparece como uma insistência de que a Bíblia é suficiente para nos guiar somente em áreas limitadas da vida, que nos dá instrução moral somente sobre certos tópicos. Por exemplo, Tomás de Aquino argumentou que a revelação geral e existencial são suficientes para ensinar muitos princípios morais e que as Escrituras complementam esse conhecimento, fornecendo informações sobre os assuntos que a revelação natural e existencial não cobrem, como o caminho da salvação. Nos últimos anos, outros argumentaram que a Bíblia não aborda questões como a chamada homossexualidade monogâmica, o aborto e a eutanásia.

Como vimos, seja através de ensino explícito ou implícito, as Escrituras nos fornecem um sistema abrangente de normas éticas. Nesse sentido, a suficiência da Bíblia é ilimitada quando se trata de revelar a vontade de Deus para sua glória e salvação, fé e vida cristã. A revelação geral e existencial também contém algumas dessas normas, mas elas não contêm normas adicionais além daquelas encontradas direta ou indiretamente nas Escrituras. O ponto é simplesmente que a Bíblia fala suficientemente para todas as áreas da vida, de modo que o nosso verdadeiro dever para com Deus é sempre uma aplicação das normas bíblicas.

Silêncio

Neste ponto, falaremos sobre a idéia popular, mas equivocada, de que a Escritura está em silêncio sobre certos assuntos, talvez uma das maneiras mais comuns pelas quais

os cristãos bem intencionados subestimam a suficiência das Escrituras. Especificamente, os cristãos frequentemente ensinam que algumas questões da vida são moralmente “indiferentes” porque as Escrituras não nos fornecem informações suficientes para conhecer a vontade de Deus sobre esses assuntos. Historicamente, estes foram conhecidos como “*adiaphora*”. Essa posição típica tem sido a de que coisas indiferentes não são nem certas nem erradas em si mesmas.

Embora muitas pessoas ao longo da história da igreja tenham se mantido em tais posições, essa posição na verdade é contrária aos ensinamentos das Escrituras. Por exemplo, enquanto os teólogos falam de objetos impessoais como indiferentes ou “neutros”, a Bíblia fala deles como sendo bons. Mesmo após a queda da humanidade em pecado, Paulo ainda insistia que tudo era bom. Como ele escreveu em 1 Timóteo 4:4-5:

Pois tudo o que Deus criou é bom, e nada deve ser rejeitado, se for recebido com ação de graças, pois é santificado pela palavra de Deus e pela oração (1 Timóteo 4:4-5).

Paulo falou especificamente sobre comida neste contexto, mas o princípio é muito mais amplo, estendendo-se a toda a criação, assim como o próprio Deus proclamou no final da semana da criação. Por essa razão, mesmo objetos impessoais não são “indiferentes”; eles são bons.

Alguns teólogos também aplicaram o termo “indiferente”, ou *adiaphora*, a escolhas entre duas ou mais boas opções. Eles sugeriram que quando todas as escolhas são boas, então a Escritura é indiferente quanto a qual escolhemos. Mas a Escritura ensina que Deus abençoa algumas boas escolhas mais do que ele abençoa outras boas escolhas, e que as Escrituras às vezes elogiam uma boa opção em detrimento de outra boa opção. Por exemplo, em 1 Coríntios 7:38, Paulo escreveu:

Assim, aquele que se casa com a virgem faz bem, mas aquele que não se casa faz melhor (1 Coríntios 7:38).

Agora, deve-se notar que os estudiosos não estão de acordo quanto às circunstâncias precisas que Paulo abordou aqui. Mas suas palavras são claras o suficiente para demonstrar que casar e não casar eram boas opções, e que não casar era a melhor opção. Nesse sentido, a Escritura não é realmente “indiferente”, mesmo quando temos que escolher entre boas opções.

Você se lembrará de que, em nossa primeira lição, definimos “bom” como sendo aquilo que recebe a bênção de Deus e “mal” como aquilo que não recebe sua bênção. Por essa definição, aspectos do ser humano e de suas vidas são bons ou maus; nada e ninguém é indiferente ou neutro. Ou Deus abençoa ou ele não — não há meio termo. Se ele abençoa, é bom; se ele não abençoa, é mal.

Dito isto, é verdade que existem algumas palavras, pensamentos e ações que são boas em algumas situações, mas más em outras. Por exemplo, as relações sexuais dentro do casamento são boas, mas as relações sexuais fora do casamento são más. Mas isso não significa que as relações sexuais em si mesmas não sejam boas nem más. Pelo contrário, elas são boas, assim como Deus as criou para serem boas. Mas os parceiros não-casados

se engajam em relações sexuais de forma indevida, de modo que em sua situação tais relações são más.

Finalmente, alguns teólogos usam a categoria de *adiaphora* para cobrir assuntos em que não podemos determinar quais escolhas são boas ou más. Mas porque sabemos que as Escrituras tocam em todos os aspectos da vida, pelo menos indiretamente, não devemos tratar questões sobre as quais não temos certeza como indiferentes. É verdade que muitas vezes sentimos que não podemos saber quais escolhas, pensamentos, ações ou atitudes em particular são bons e quais são maus. Mas tais situações ocorrem não porque a palavra de Deus é insuficiente, e não porque a Bíblia tenha uma postura neutra, mas porque nós falhamos em reconhecer ou entender como aplicar a verdade que a Bíblia revelou.

Essa falha em alcançar um julgamento ético pode assumir inúmeras formas. Como você lembra, o modelo bíblico para tomar decisões éticas pode ser resumido assim:

O julgamento ético envolve a aplicação da Palavra de Deus a uma situação de uma pessoa.

Devemos agir de acordo com uma compreensão adequada de nosso padrão moral, nossos objetivos e nossos motivos, ou, em outras palavras, sobre preocupações normativas, situacionais e existenciais. A falha em alcançar um julgamento ético adequado pode ser causada por uma falha em avaliar adequadamente qualquer uma dessas perspectivas. Podemos falhar porque ignoramos ou interpretamos mal as passagens das Escrituras com as quais estamos lidando. Podemos falhar porque ignoramos ou interpretamos mal a situação associada à questão ética. E podemos falhar porque ignoramos ou desvalorizamos os aspectos existenciais e pessoais de um assunto.

Em todos os casos, quando não podemos chegar a uma conclusão firme sobre uma decisão ética, não é apropriado concluir que Deus não revelou as informações necessárias para tomar a decisão. E não é apropriado dizer que o assunto é indiferente, que não há um caminho certo a seguir. Em vez disso, devemos continuar a ler, estudar, orar e investigar a questão, fazendo o melhor que pudermos com nossos julgamentos provisórios, mas reservando o julgamento final até que as questões normativas, situacionais e existenciais se tornem claras.

CONCLUSÃO

Nesta lição, examinamos vários atributos importantes das Escrituras. Vimos que, porque a Escritura é divinamente inspirada, é poderosa e autoritária. Também vimos que, porque a Escritura é escrita para seres humanos, é clara, necessária e suficiente.

Manter os atributos das Escrituras em mente é útil para nós de muitas maneiras ao estudarmos a ética cristã. Por um lado, nos lembra que a Bíblia é indispensável quando se trata de responder questões éticas. Devemos sempre buscar suas respostas porque ela é autoritativa em todos os aspectos da vida e porque há muitas perguntas que só a Bíblia pode responder. Por outro lado, lembrar os atributos das Escrituras é muito encorajador,

porque nos lembra que Deus providenciou as Escrituras a fim de nos beneficiar, a fim de nos ensinar sobre si mesmo e seus padrões. E, finalmente, os atributos das Escrituras nos dão confiança em nossas conclusões éticas, pois temos certeza de que os ensinamentos éticos da Bíblia são suficientes e claros. Portanto, é importante lembrarmos e confiarmos na gama completa de atributos das Escrituras à medida que progredimos em nosso estudo da ética cristã.